

JOGO DE TABULEIRO - TE(A)CENDO OS CAMINHOS

Érika Vanessa de Oliveira Silva Heloisa Helena Motta Bandini Carmen Silvia Motta Bandini Almira Alves dos Santos

De acordo com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012), são direitos da pessoa com TEA, entre outros:

"Ter uma vida digna, respeitada a sua integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer".

Dessa maneira, ajude o Lilo a percorrer o longo caminho em busca de qualidade de vida e inclusão.





REGRAS DO JOGO

1- De 2 a 4 jogadores por rodada. Cada participante escolhe uma cor de peça do quebracabeça;



2- Usando um dado, definem a ordem de cada jogador. Inicia o jogo o participante que tirar o número mais alto;



3- Um participante por vez jogará o dado que determinará a quantidade de casas que poderá andar;

Site de lançamento de dados online: https://www.dados-online.pt/



4- Durante o percurso no tabuleiro, os participantes encontrarão:

Peças Coloridas;





Peças de Acesso;



Peças de Relaxamento;





Peças de Obstáculos;



Peças de Poder.

5- O participante que junto com Lilo alcançar primeiro a Casa da Qualidade de Vida e da Inclusão vence a partida. Porém, todos os participantes ganham ao acompanhá-lo nessa jornada.

Início do Jogo – DIAGNÓSTICO: A família do Lilo acaba de receber o seu diagnóstico de Autismo. Sabemos que é um momento difícil, mas não deve ser encarado com o fim, mas como o ponto de partida para um novo caminho. Dessa maneira, ajude o Lilo a percorrer o longo caminho em busca de qualidade de vida e inclusão.

Fim do Jogo - QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO: "As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus vôos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar". (Jesica Del Carmen Perez)







Arte Boneco Lilo: Alexis Barros e Mariana Santos Delfino;

Demais imagens: Freepik.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Governo de Alagoas. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. **CARTEIRA DE PASSE LIVRE INTERMUNICIPAL**. Disponível em: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/superintendencia/superintendencia-de-assistenciasocial/nucleo-de-atendimento-ao-passe-livre-intermunicipal-napli/carteira-de-passe-livre. Acesso em: 16 nov. 2023.

APA (American Psychiatric Association). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM**-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf Acesso em: 09 de set. de 2023.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL, 2023. Ministério dos Transportes. Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Passe Livre Interestadual**. Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/passageiros/passageiros-rodoviarios/passe-livre/. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASÍLIA, 1993. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm Acesso em: 23 out. 2023.

BRASÍLIA, 1996. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 23 out. 2023.



BRASÍLIA, 2001. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASÍLIA, 2012. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 26 set. 2023.

BRASÍLIA, 2014. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/publicacoes/diretrizes-de-atencao-a-reabilitacao-da-pessoa-com-transtornos-do-espectro-do-autismo.pdf/view Acesso em: 26 set. 2023.

BRASÍLIA, 2015. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf Acesso em: 23 out. 2023.

BRASÍLIA, 2020. Presidência da República. **Lei º 13.977, de 08 de janeiro de 2020**, que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2019-2022/2020/lei/113977.htm

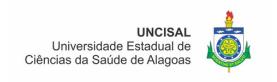
Acesso em: 03 nov. 2023.

LEITE, Tâmara Albuquerque. Fluxograma de acompanhamento e atendimento da pessoa com TEA na rede SUS. In: In: Universidade Aberta do SUS. Universidade Federal do Maranhão. Atenção à Pessoa com Deficiência I: Transtornos do espectro do autismo, síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. **Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo**. São Luiz: UNA-SUS; UFMA, 2021.

LEITE, Tâmara Albuquerque. Avaliação Diagnóstica de Transtorno do Espectro do Autismo. In: Universidade Aberta do SUS. Universidade Federal do Maranhão. Atenção à Pessoa com Deficiência I: Transtornos do espectro do autismo, síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. **Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo**. São Luiz: UNA-SUS; UFMA, 2021.















































O médico que acompanha Lilo o encaminhou para o atendimento psicológico individual. No entanto, sua família já procurou em diversas instituições e não consegue acesso a esse atendimento, quando encontra ele é inserido em lista de espera. A falta de acesso a esse tratamento faz a família voltar 3 peças.

PEÇAS DE OBSTÁCULOS

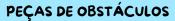
O médico que acompanha Lilo o encaminhou para o atendimento individual com o fonoaudiólogo. No entanto, sua família já procurou em diversas instituições e não consegue acesso a esse atendimento, quando encontra ele é inserido em lista de espera. A falta de acesso a esse tratamento faz a família voltar 2 peças.

PEÇAS DE OBSTÁCULOS

O médico que acompanha Lilo o encaminhou para o atendimento individual com o terapeuta ocupacional. No entanto, sua família já procurou em diversas instituições e não consegue acesso a esse atendimento, quando encontra ele é inserido em lista de espera. A falta de acesso a esse tratamento faz a família voltar 3 peças;



A família de Lilo foi matriculá-lo em uma escola da rede regular de ensino.
Chegando lá, a direção mudou o comportamento ao saber do seu diagnóstico de TEA, alegando não ter mais vagas na série destinada a Lilo.
Sabemos que houve uma discriminação e exclusão, volte 4 peças.





Durante espera para consulta médica, Lilo estava muito agitado e não foi respeitado seu direito a atendimento prioritário. Volte 2 peças.

PEÇAS DE OBSTÁCULOS



Mesmo com todos os encaminhamentos médicos, há muito tempo sua família tenta acesso às terapias e estimulação precoce, mas ainda não conseguiram vaga pelo SUS. Precisaram recorrer a Defensoria Pública para garantir seu direito à saúde e ao atendimento multiprofissional. Volte 3 peças.

PEÇAS DE ACESSO





A família do Lilo notou alguns comportamentos "diferentes" nele e resolveu relatá-los para a pediatra que o acompanha. A médica, por sua vez, os encaminhou para um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Lá ele foi acolhido por uma equipe multiprofissional e teve a consulta com um médico psiquiatra agendada. Na consulta o médico diagnosticou Lilo com transtorno do espectro austista (TEA). Receber o diagnóstico foi um momento difícil, mas a família entendeu que não é o fim, mas o ponto de partida para um novo caminho. Avance 2 pecas.

PEÇAS DE ACESSO





Lilo até os dois anos de idade falava algumas palavras, mas sua fala não era funcional. Ele costumava repetir palavras e falas que ouvia, o que chamamos de ecolalias. Após os dois anos, a família notou uma regressão e ele já não falava mais, apenas apontava os objetos que queria. Relatando essa informação ao médico que o acompanha, Lilo foi encaminhado para um fonoaudiólogo com o objetivo de ampliar suas habilidades comunicativas, facilitando sua interação social com qualidade. Avance 2 peças.

PECAS DE ACESSO





Lilo apresenta problemas
gastrointestinais e muita restrição
alimentar, durante consulta o
fonoaudiólogo avaliou sua
mastigação e deglutição para
compreender as restrições
alimentares de Lilo. Além disso, ele
também foi atendimento por uma
nutricionista que através da terapia
nutricional ajudará sua família a
adaptar um cardápio bem nutritivo
para ele. Quanto avanço! Avance 3
peças.

PEÇAS DE ACESSO





A Lei n. 13.977/20, batizada de Lei Romeo Mion, criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei é federal, ou seja, válida em todo o Brasil. O documento facilita o acesso a direitos básicos e essenciais e permite o planejamento de políticas públicas. A família de Lilo realizou a expedição da carteirinha de forma gratuita e a cada cinco ano fará sua renovação. Agora Lilo já anda identificado, facilitando seu acesso prioritário no atendimento em serviços públicos e privados. Dessa forma, avance 4 peças.

PECAS DE ACESSO





As pessoas com TEA têm direito ao Passe Livre, ou seja, o transporte gratuito interestadual. A família de Lilo foi orientada pela assistente social da instituição em que são atendidos e realizou o pedido do benefício através do endereco eletrônico https://www.gov.br/antt/ptbr/assuntos/passageiros/passageirosrodoviarios/passe-livre/ junto com a documentação exigida: Atestado/Relatório Médico Padrão do Passe Livre, constando a necessidade de acompanhante para a sua locomoção, foto 3x4, documento de identificação (constanto CPF) do Lilo e do seu acompanhante. Com isso, Lilo avança 2 pecas.

PEÇAS DE ACESSO





O atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, assegurado pela Constituição Federal (1988) e corroborado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Também está previsto em lei que a educação deve ser individualizada, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada pessoa, sendo assim o PEI - Plano de ensino Individualizado é um direito de todas as pessoas com autismo, assim como adaptação de materiais, de conteúdo, de local de ensino ou mesmo de avaliação, sem qualquer custo adicional para a pessoa com autismo ou seus representantes legais. Conhecendo todas essas informações, a família de Lilo conseguiu realizar sua matrícula em uma escola regular de ensino próxima a sua casa e ele é acompanhado diariamente por uma auxiliar de sala especializada em autismo, educação inclusiva ou desenvolvimento infantil, como previsto na Lei Berenice Piana (12.764/2012). Avançando 4 casas.

PEÇAS DE ACESSO





Certo dia Lilo e sua família foram passear no shopping que estava muito cheio. Passaram um bom tempo procurando uma vaga para estacionar e Lilo estava começando a se agitar. Foi então que a sua mãe lembrou-se de procurar a vaga especial de estacionamento para autistas. Em Maceió, a Credencial de Estacionamento é emitida pelo Departamento Municipal de Transportes e Trânsito - DMTT permite veículos que transportam idosos, pessoas com deficiência que possuam dificuldade de locomoção e/ou autistas, possam utilizar vagas de estacionamento destinadas exclusivamente ao público supracitado em locais públicos ou privados. Assim, eles conseguiram estacionar o carro na vaga destinada e Lilo aproveitou bastante o passeio ao shopping. Avançou 2 peças.

PEÇAS DE ACESSO





A pessoa com autismo tem direito ao lazer, a se divertir, conhecer lugares, estar com amigos e familiares, não podendo ser privada, nem discriminada. Dessa forma, sua mãe resolveu levá-lo ao cinema para assistir ao filme que ele tanto gosta. Lilo saiu de casa bem feliz, com sua carteira de identificação pendurada no pescoço, e além de ter sido respeitado seu direito de atendimento na fila preferencial, teve seu direito à meia entrada no ingresso atendido. Assim como sua mãe, como sua acompanhante, que também usufruiu desse direito. A meia entrada garantida por lei não serve somente para cinema, é para eventos artístico-culturais e esportivos. Avance 2 peças.

PEÇAS DE ACESSO





Após o diagnóstico de Lilo sua mãe precisou pedir demissão do trabalho para conseguir acompanha-lo nas consultas médicas e terapias semanais. Somente a renda de um salário mínimo do seu pai, não estava sendo suficiente para arcar com todas as despesas da família. Em conversa com a assistente social do CAPSi, a família foi informada sobre o Benefício de Prestação Continuada. O BPC é um benefício previdenciário que paga um salário mínimo mensal para idosos com idade acima de 65 anos e para pessoas com deficiência de baixa renda. A pessoa com autismo, também tem direito a este benefício. Para ter acesso é necessário comprovar o autismo, por meio de relatório médico e perícia médica do próprio INSS e a condição de baixa renda. Com essa informação, eles avançaram 3 peças.

PEÇAS DE ACESSO





Após muito procurar em sua cidade, a família de Lilo conseguiu o atendimento com uma equipe multiprofissional, semanalmente, respeitando a carga horária indicada pelo seu médico para os atendimentos. Hoje ele está sendo acompanhado pelos médicos psiquiatras e neuropediatras, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, educador físico, nutricionista, além de um psicopedagogo e uma auxiliar de sala em sua escola. Sua família consegue visualizar diariamente seus avanços. Que vitória! Avance 5 casas.